

03/04/17

O trabalho numa unidade prisional é árduo, mas recompensador. Poucos, porém, têm direito ao benefício no Estado. De acordo com a Secretaria de Ressocialização de Pernambuco, dos 29.900 detentos, apenas 7.500 trabalham ou estudam. Parte desse grupo está na Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima (CPFAL), onde sete mulheres trabalham em uma cozinha industrial de uma empresa privada fabricando bolos de rolo. A produção é vendida para mercadinhos e rende cerca de R\$ 40 mil por mês.

Localizado em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife, a colônia abriga 400 internas. De acordo com a gerência do presídio, 90% delas tentam trabalhar, mas poucas conseguem. Além das sete cozinheiras, outras 50 estão no setor de manutenção. A rotina para elas começa às 5h da manhã, quando acordam, tomam café da manhã.

As cozinheiras trabalham em um anexo erguido pela empresa que fez um convênio com o Estado para a produção das guloseimas. “Fica uma delícia”, diz Gracilene da Silva, de 41 anos, presa há cinco anos e três meses por tráfico de drogas.

Para ela, que sempre trabalhou como cozinheira, a atividade serve como uma válvula de escape. “Viver aqui é horrível. Eu adoro trabalhar porque não fico parada”, diz Gracilene. Assim como as outras seis mulheres, ela ganha 75% de um salário mínimo - cerca de R\$ 700 - para produzir cinco dias por semana, oito horas por dia. A cada três dias trabalhados, a pena é reduzida em um dia. Gracilene já conseguiu um benefício: ela dorme em casa e só volta para trabalhar. “Se não tivesse trabalhando, acho que não voltaria”, afirmou.

Para a gerente da CPFAL, Elisângela Santana, a atividade “é uma ação de ressocialização, uma vez que elas se qualificam para quando sair”, diz. “Elas se tornam mais disciplinadas, porque isso é indispensável para mantê-las no benefício”, completa a supervisora de laborterapia da CPFAL, Elieide Cruz.

A dona da fábrica, que pediu para não ser identificada, disse que investiu R\$ 100 mil na reforma do espaço no presídio. “Aqui temos muitos benefícios e os problemas são os mesmos de lá fora”, afirmou. Para outra reeducanda, Ana Paula Belarmino, a atividade é motivo de orgulho. “Quero que minha família veja que mudei.”

A Secretaria de Ressocialização do Estado informou através de nota que “a adesão a atividades produtivas está condicionada ao interesse dos reeducandos e a participação de empresas”. A crise na economia, disse, tem comprometido a efetivação de novas parcerias”.

Para a pesquisadora em Direitos Humanos da **UFPE**, Denise Moura, além do trabalho é preciso criar uma rede para receber essas pessoas em liberdade. Uma ex-presidiária é estigmatizada, não consegue trabalho e, com isso, as chances de voltar para o sistema prisional é muito grande”, concluiu.

[Link da Matéria](#)